

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad

Assembleia Fiscaliza 2022/2

— 12/12/2022 —





Relatório de Reunião

Relatório da reunião de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2022, no âmbito do segundo ciclo do Assembleia Fiscaliza 2022

Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Comissões convidadas: Minas e Energia, Agropecuária e Agroindústria e Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos
- Presidente da reunião: deputado Noraldino Júnior

Data: 12/12/2022

Horário: 9 horas

Local: Plenarinho IV — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

I – Apresentação

Em 12/12/2022, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como convidadas as Comissões de Agropecuária e Agroindústria, de Minas e Energia e Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, recebeu Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao ano de 2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de novembro.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#).

II – Presenças

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: deputado Noraldino Júnior, deputado Gil Pereira e deputado Gustavo Santana.

Demais presenças: deputada Celise Laviola, deputado Virgílio Guimarães, deputada Ione Pinheiro, deputado Doutor Jean Freire, deputado Roberto Andrade, deputado Tito Torres, deputada Beatriz Cerqueira, deputado Mauro Tramonte, deputada Andréia de Jesus e deputada Leninha.

Poder Executivo: Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

– Licenciamento Ambiental

A secretária apresentou dados sobre o licenciamento ambiental, apontou a redução constante do passivo desde o ano 2016 e destacou que restam 1.122 processos pendentes em 2022, com previsão de finalização em 2023. Mostrou também gráfico com as entradas e as saídas de processos de licenciamento em cada uma das Superintendências Regionais de Meio Ambiente.

Sobre o *status* atual do licenciamento ambiental municipal, informou que 197 municípios do Estado estão aptos para licenciar e fiscalizar atividades e empreendimentos (competência originária prevista na Lei

Complementar 140, de 2011) e 17 municípios são conveniados (convênio de cooperação técnica e administrativa para a delegação de competências estaduais).

Os parlamentares sinalizaram a necessidade de definição de regras claras e objetivas nos processos de licenciamento ambiental, de forma a dar a eles maior celeridade e também às análises ambientais.

– Fiscalização Ambiental

A secretária expôs dados relativos à fiscalização em todo o Estado, que, até outubro deste ano, teve um quantitativo 29% superior ao mesmo período do ano de 2021 (os resultados foram apresentados por superintendências em forma de gráfico). Salientou a Fiscalização Ambiental Preventiva na Agricultura – Fapa – no setor de avicultura, realizada em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – e a Federação da Agricultura de Minas Gerais – Faemg –, com foco em orientação prévia à fiscalização ambiental, que ocorrerá após 90 dias.

Além disso, tratou sobre o Plano Estadual de Combate ao Desmatamento, realizado pelo monitoramento da cobertura vegetal e sob responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas – IEF. Destacou que, em 2022, houve um incremento de 31% no número de autos de infração relacionados com desmatamento que foram encerrados, em comparação com o mesmo período de 2021. Pontuou que as ações de fiscalização têm efetivado a redução do desmatamento irregular no Estado, conforme gráfico apresentado.

Por fim, salientou que houve acréscimo de 25% na quantidade de autos de infração ambiental processados e encerrados na Semad, considerando o mesmo período de 2021; acréscimo de 22% no total de autos de infração com a quitação do valor integral da multa; e aumento de 25% no quantitativo de autos de infração encaminhados para inscrição em dívida ativa.

– Gestão de barragens de rejeitos

Os parlamentares questionaram sobre as melhorias feitas para o monitoramento das barragens de rejeitos no Estado. A secretária esclareceu que, nos últimos anos, a Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei nº 23.291, de 2019) vem sendo regulamentada e citou como exemplo o Plano de Ação Emergencial que já está sendo elaborado pelas empresas e analisado por diversos entes do governo, como a Defesa Civil, a Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, o Instituto Estadual de Florestas – IEF –, o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG. Também foram regulamentadas, segundo ela, as multas administrativas em relação ao não cumprimento das condições estabelecidas na lei. Mencionou, ainda, que encontra-se em fase final de discussão a caução ambiental para finalizar a regulamentação do citado diploma legal.

Ademais, informou que foram intensificadas as fiscalizações em barragens no período que antecede as chuvas, com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e o auxílio de sistema de imagens de satélite da Feam, para reduzir os riscos de desastres; e que foram estabelecidos critérios mais rígidos para o cadastro e a seleção dos profissionais que realizam auditoria técnica nessas estruturas.

– Programa de Otimização da Regularização Ambiental

Os parlamentares indagaram a gestora sobre o programa de otimização da regularização ambiental e a lisura da contratação de consultoria ambiental particular pela Fiemg para a revisão de toda a legislação ambiental estadual. Em resposta, ela esclareceu que o plano de otimização da regularização ambiental objetiva a revisão de todas as normas ambientais do Estado e que, ao assumir a Secretaria, percebeu essa necessidade, tendo em vista a quantidade excessiva de atos autorizativos (43) e normas infralegais (780), que levam o licenciamento a ser mais interpretativo do que técnico, gerando insegurança jurídica aos responsáveis pelos atos de licenciamento. Pontuou que há decreto estadual que possibilita que a iniciativa privada faça doações ao Estado, razão pela qual foi buscada a captação de recursos privados para a contratação da consultoria para esse trabalho revisional. Explicitou que a gestão é feita pela pasta, com acompanhamento de auditoria e do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, a fim de evitar o conflito de interesses.

– Exoneração de servidor público

Durante a reunião, parlamentares mencionaram o caso do servidor Charles Santos, que cancelou um auto de infração lavrado em desfavor da mineradora Gute Sicht. A secretária relatou que o servidor foi exonerado e que determinou a revisão de todos os atos referentes às empresas Fleurs Global e Gute Sicht, cujo grupo de trabalho é composto pela Controladoria Geral do Estado – CGE – e da Advocacia-Geral do Estado – AGE. Além disso, informou que todos os atos relacionados às mineradoras são públicos e estão disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações – SEI – da Semad.

Os deputados sinalizaram a necessidade de aprimoramento dos controles internos e dos procedimentos administrativos relativos à apuração das denúncias no âmbito da Secretaria, bem como do desenvolvimento de novos sistemas de transparência e de sistemas tecnológicos que permitam acompanhamento mais efetivo. Em resposta, a gestora garantiu que estão sendo desenvolvidos novos sistemas de transparência e controle dos atos administrativos, de forma descentralizada.

– Programa Água Doce

A secretária explicou que o Programa Água Doce, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, concentra suas ações no semiárido mineiro, tendo em vista a presença de sais nas águas

subterrâneas dessa região, e possibilita o acesso à água por meio do reaproveitamento dos poços subterrâneos já perfurados, mas que nunca foram utilizados, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na implantação e na gestão de sistemas de dessalinização. Acrescentou que foi encaminhado relatório de diagnóstico à Fundação Nacional de Saúde – Funasa –, em que é pleiteado apoio para colocar em funcionamento esses poços, com intuito de aprimorar a política pública de abastecimento de água na região do Norte de Minas.

– Investimentos na Semad

Os deputados manifestaram que existe a necessidade de mais investimentos na Secretaria, para alavancar a condução das políticas públicas de meio ambiente, fortalecer o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, bem como realizar concurso para provimento de cargos e melhoria salarial dos servidores, reconhecendo a sua importância.

Ao final da reunião, foram recebidas as seguintes proposições:

RQC 13730/2022: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para elaboração de estudo de viabilidade para implantação do turismo sustentável nas Unidades de Conservação – UCs – do Estado que inclua o diagnóstico da vocação turística de cada unidade e dos investimentos necessários.

RQC 13729/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações para sobre o *status* atual do processo de regularização fundiária de todas as Unidades de Conservação do Estado, detalhando o valor necessário para o processo de regularização de cada unidade.

RQC 13728/2022: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que incentive a adesão e a contribuição dos municípios mineiros ao Plano Estadual de Ação Climática, que estará disponível para consulta pública no *site* da Semad após sua apresentação em 16/12/2022.

RQC 13725/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a motivação e a fundamentação de sua decisão sobre o parecer elaborado pelo Sr. Daniel dos Santos Gonçalves, superintendente da Supram Central Metropolitana, que indica ser necessário o cancelamento do termo de ajustamento de conduta celebrado entre a Semad e a Fleurs Global Mineração Ltda., sob a alegação de existência de inúmeras irregularidades; e sobre a razão da demora para tomada de decisão pelo órgão sobre questão de extrema relevância, cuja ausência de solução continua a causar enormes e contínuos prejuízos à Serra do Curral.

RQC 13724/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no histórico de agendas e reuniões realizadas pela secretária, a subsecretária de Regularização Ambiental e todos os superintendentes da Supram Central Metropolitana com representantes da Fleurs Global Mineração Ltda., da Mineração Gute Sicht Ltda. e da Tamisa Mineração, bem como com autoridades públicas que solicitaram agenda ao referido órgão para tratativas sobre diligências relacionadas com as referidas empresas.

RQC 13723/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas em cópia das manifestações dessa pasta constantes do expediente referente ao processo de Otimização da Regularização Ambiental em Minas Gerais – Aperfeiçoamento dos Processos,

procedimentos e atos normativos, formalizados pela Semad, com fins de formalizar doação de serviços pela Fiemg para contratação de consultoria para revisão de todas as normas ambientais, acerca do posicionamento institucional do Estado quanto à necessidade ou dispensa de licitação no expediente.

RQC 13722/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do expediente referente ao contrato e eventuais aditivos celebrados entre os referidos órgãos e a empresa Arcadis, cujo objeto consiste na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação estaduais, dentre as quais encontra-se inserido o plano de manejo do Parque da Baleia.

RQC 13721/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações consubstanciadas em cópia da ata de reunião realizada por essa secretária, a Sra. Maria Amélia Cony, diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas, e os demais dirigentes do órgão com a deputada federal Grayce Elias, em 15/9/2021, com a finalidade de realizar tratativas sobre o licenciamento ambiental da Tamisa Mineração.

RQC 13720/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o cronograma de descomissionamento das barragens alteadas pelo método a montante no Estado, conforme arts. 13, § 2º, e 27 da Lei nº 23.291, de 2019, e 2º, §§ 2º e 3º da Lei nº 12.334, de 2010.

RQC 13719/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as providências administrativas adotadas em relação às condutas da Sra. Anna Carolina Pazzolo, subsecretária de Regularização Ambiental da Semad, e do Sr. Alexandre de Castro Leal, subsecretário de Fiscalização Ambiental dessa secretaria, presentes e atuantes em reunião realizada entre Charles Soares de Souza e outras chefias do órgão em 10/6/2022, com fins a obrigar fiscais ambientais a anularem auto de infração lavrado em face da Mineração Gute Sicht Ltda.

RQC 13718/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais medidas administrativas foram tomadas pela Semad em face de determinação judicial para afastamento dos servidores Breno Esteves Lasmar e Anderson Henrique Borges Mendes durante a apuração de inquérito, de forma a esclarecer, de forma individualizada, se os servidores foram afastados dos cargos efetivos, se foram afastados de cargo em comissão, qual o período de afastamento de cada um deles, se durante o afastamento foram exonerados do cargo em comissão, quais as vantagens e desvantagens pecuniárias que cada um deles auferiu durante o período de afastamento e se, durante a decisão judicial, foram alocados em outras funções no órgão ambiental, bem como eventual data de retorno às atividades efetivas e em qual unidade administrativa atualmente exercem suas funções.

RQC 13717/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o vínculo funcional de Charles Soares de Souza com a Semad em 15/2/2022, ocasião em que realizou vistoria junto à Fleurs Global Mineração Ltda., nos termos do Auto de Fiscalização nº 219301/2022, bem como para que informe quem indicou e autorizou sua participação na referida vistoria.

RQC 13716/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre qual agente ou quais agentes públicos foram responsáveis pela autorização e determinação de que o processo de licenciamento ambiental da Fleurs Global Mineração Ltda. fosse pautado na 81ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, realizada em 26/11/2021; e sobre qual agente ou quais agentes públicos foram responsáveis pela determinação e autorização para retirada do referido processo de licenciamento da pauta dessa reunião, impedindo que conselheiros do Copam pudessem apreciar o tema e deliberar sobre ele.

RQC 13715/2022: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam fornecidas cópias de todos os termos de compromisso firmados entre o governo estadual, o Ministério Público e empresas que descumpriram o prazo de descomissionamento das barragens alteadas pelo método a montante, conforme estabelecido pelos arts. 13, § 2º, e 27 da Lei nº 23.291, de 2019.

RQC 13714/2022: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a pasta envie cópia do acordo assinado em 5 de outubro de 2022 junto ao Ministério Público Estadual e à Prefeitura Municipal de Ubá, cujo objeto consistiu na regularização ambiental de cerca de 300 empreendimentos na região de Ubá que intervieram em áreas de preservação permanente urbanas; e que sejam encaminhadas cópias de todo o expediente que permitiu a assinatura do referido acordo, como notas técnicas emitidas pelo corpo técnico do órgão e parecer da Advocacia-Geral do Estado que aponte o dispositivo legal para regularização ambiental desses empreendimentos, inclusive acerca da chancela jurídica para assinatura do acordo.

RQC 13713/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações consubstanciadas em cópia da ata de reunião realizada entre representantes da Semad e o Sr. Felipe Oliveira Faria, promotor de justiça, no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e Urbanismo - Caoma - no dia 24/9/2021, que teve a participação de Charles Soares de Souza, e em documentação sobre o vínculo funcional de Charles Soares de Souza com a Semad na referida data.

RQC 13712/2022: Requer seja encaminhado ao secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a motivação e a fundamentação legal para a criação de grupo de trabalho com o objetivo de instituir auditoria, conforme disposto na Resolução Semad nº 3.177, de 5 de novembro de 2022, que instituiu grupo de trabalho para análise e avaliação de relatório técnico relativo aos processos de licenciamento ambiental da Mineração Gute Sicht Ltda., tendo em vista que, conforme publicações na diário oficial de 23/9/2022, o próprio órgão ambiental já havia reconhecido as irregularidades de seus próprios atos.

RQC 13709/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do Processo SEI nº 1370.01.0029549/2021-78, referente ao processo de Otimização da Regularização Ambiental em Minas Gerais – Aperfeiçoamento dos Processos, procedimentos e atos normativos, em que, através de processo de doação de serviços à Semad, a Fiemg contrata consultoria ambiental para revisão de todas as normas ambientais do Estado.

RQC 13708/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a motivação e a fundamentação para que o termo de ajustamento de conduta celebrado entre a Semad e a Fleurs Global Mineração Ltda. em 23/2/2022 se baseie em documentos de um novo processo de licenciamento ambiental, formalizado junto ao órgão ambiental sob o número SLA 2004.04.01.003.0000336, tendo em vista que já havia processo administrativo anterior sob o nº 01600/2019/001/2019 em curso, o qual analisava o licenciamento ambiental da empresa com indicação de indeferimento da licença ambiental; e sobre a fundamentação normativa que permite a formalização e a análise de processo de licenciamento ambiental sobre a mesma atividade e o mesmo objeto quando há em curso outro processo em análise, sem decisão definitiva do órgão ambiental.

RQC 13707/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia de todo o expediente referente ao processo SEI nº 1370.01.0025745/2021-63, referente ao ato de cancelamento do Auto de Infração nº 296500/2022 por Charles Soares de Souza, e que comprove o ato que deu publicidade ao reconhecimento de autotutela administrativa pelo Estado, quando tornou sem efeito o ato de cancelamento do auto, praticado em 30/5/2022.

RQC 13706/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o entendimento da Semad acerca do art. 27 da Lei nº 23.291, de 2019, e sobre a aplicação desse dispositivo pela secretaria em relação às empresas mineradoras que descumprem o prazo previsto no art. 13 da referida lei.

RQC 13705/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a motivação e a fundamentação para que documentos e expedientes relacionados à Serra do Curral estejam sendo classificados pelo órgão como "reservados" ou "sigilosos" e sendo objeto de restrição de acesso junto ao Serviço Eletrônico Informações – SEI –, em descumprimento à Lei de Transparência Pública, uma vez que não se trata de documentos preparatórios.

RQC 13704/2022: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações sobre de quem foi a determinação para que o plano de Manejo do Parque da Baleia fosse pautado na 66ª Reunião Ordinária da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas – CPB –, do Conselho de Política Copam da CPB, no dia 24 de novembro de 2021, e sobre qual agente público concedeu autorização para a retirada do referido plano da pauta dessa reunião, impedindo que conselheiros do Copam pudessem apreciar e deliberar o tema, bem como informações sobre a motivação para retirada do item da pauta.

IV – Compromissos e encaminhamentos

Compromissos e Posicionamentos do Executivo

- Quanto à gestão das barragens de rejeitos, a secretária se comprometeu a apresentar em breve a regulamentação da caução ambiental prevista na Lei Mar de Lama Nunca Mais, Lei nº 23.291, de 2019.
- Sobre o caso da empresa Fleurs Global Mineração, a secretária informou que a subsecretária de Regularização Ambiental elaborou dois documentos avaliativos dos atos administrativos relacionados à operação da mineradora, os quais foram enviados para avaliação do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, a fim de dar maior legitimidade e transparência à análise da situação. Comprometeu-se, após resposta do órgão, a tomar decisão em relação ao empreendimento, cujas atividades se encontram administrativamente paralisadas.
- A secretária se comprometeu a realizar auditoria preventiva para auxílio aos municípios na execução do licenciamento ambiental por meio de delegação, conforme autoriza a Lei Complementar nº 140, de 2011, bem como avaliar a pós-concessão das licenças, para garantir a qualidade desses documentos.

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

Não houve requerimentos aprovados.

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2022.

Deputado Noraldino Júnior

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável